

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/GOVERNADOR VALADARES
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Lara Bruce Alves

Gestores de Micro e Pequenas Empresas: a percepção da relevância das DFs

Governador Valadares

2023

Lara Bruce Alves

Gestores de Micro e Pequenas Empresas: a percepção da relevância das DFs

Monografia apresentada ao curso de Administração do Departamento de Administração do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração. Orientador: Professora Doutora Kascilene Gonçalves Machado

Governador Valadares

2023

Lara Bruce Alves

Gestores de Micro e Pequenas Empresas: a percepção da relevância das DFs

Monografia apresentada ao curso de Administração do departamento de Administração do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Aprovado em 22 novembro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Kascilene Gonçalves Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora/Campus Governador Valadares

Prof. Dra. Solange Riveli de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora/Campus Governador Valadares

Prof. Dra. Marinette Santana Fraga
Universidade Federal de Juiz de Fora/Campus Governador Valadares

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/GOVERNADOR VALADARES
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no TCC.

Governador Valadares, _____ de _____ de 2023.

Lara Bruce Alves

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. ²

Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo foi verificar a relevância das demonstrações financeiras para as MPE segundo a percepção dos seus gestores, bem como a sua utilização para fins decisórios. O campo de pesquisa foi constituído por cinco gestores, proprietários de micro e pequenas empresas nas cidades de Governador Valadares, Juiz de Fora e Viçosa. Utilizou-se um questionário para verificar a percepção e utilização das principais DFCs: Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demonstração de fluxo de caixa. Os resultados da pesquisa indicam que os proprietários têm a percepção de que os relatórios são relevantes, mas utilizam pouco na prática por não terem compreensão sobre o tema. Ao mesmo tempo em que afirmam conhecer e considerar alguns relatórios importantes, como balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício, não são todos que souberam explicar o conceito e como auxiliam na tomada de decisões. Dessa forma, considera-se que a maioria extrai pouca informação dos relatórios contábeis, focando mais na utilização do planejamento financeiro. Assim, o processo decisório não é realizado da maneira mais adequada por se basear em uma quantidade reduzida de informações.

Palavras-chave: Administração Financeira. Informações contábeis. Micro e pequena empresa.

ABSTRACT

The aim of this study was to verify the relevance of financial statements for MSEs according to the perception of their managers, as well as their use for decision-making purposes. The research field consisted of five managers, owners of micro and small companies in the cities of Governador Valadares, Juiz de Fora and Viçosa. A questionnaire was used to verify the perception and use of the main financial statements: balance sheet, income statement and cash flow statement. The results of the survey indicate that the owners have the perception that the reports are relevant, but use them little in practice because they don't understand the subject. While they claim to know and consider some reports important, such as the balance sheet and income statement, not all of them were able to explain the concept and how they help in decision-making. This means that most of them extract little information from the accounting reports, focusing more on the use of financial planning. As a result, the decision-making process is not carried out in the most appropriate way because it is based on a small amount of information.

Keywords: Financial Administration. Accounting information. Micro and small business.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estruturação da demonstração do resultado de acordo com a Lei das S.A

Quadro 2 - Tempo de funcionamento da empresa

Quadro 3 - Conhecimento acerca do BP, DRE e DFC

Quadro 4 - Demonstrativos contábeis elaborados pela própria empresa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura básica do balanço patrimonial

Figura 2 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Modelo Direito

Figura 3 – Nível de escolaridade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivo geral	12
1.2 Justificativa	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Balanço Patrimonial (BP)	15
2.2 Demonstração de Resultado do Exercício (DRE).....	17
2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)	19
2.4 Micro e Pequenas Empresas no Brasil.....	20
2.5 Demonstrativos financeiros como suporte para a tomada de decisão.....	22
3 METODOLOGIA.....	24
3.1 Coleta de dados	25
4 ANÁLISE DE DADOS.....	27
4.1 Dados gerais das empresas e dos entrevistados	27
4.2 Demonstrativos financeiros elaboradas e utilizados pela empresa	28
4.3 Importância dos demonstrativos financeiros	30
4.4 Tomada de decisões baseada nos demonstrativos financeiros.....	33
4.5 Dificuldade no uso das demonstrações financeiras	35
5 CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	41

1 INTRODUÇÃO

Com a crescente complexidade do mundo contemporâneo e um mercado mais competitivo, a administração financeira busca garantir um eficiente processo de captação e alocação de recursos de capital (ASSAF, 2020). O processo de tomada de decisão pelo gestor financeiro é feito com base em dados e informações disponibilizados pela contabilidade (ASSAF, 2014). A elaboração de informações econômico-financeiras é importante para reduzir o nível de risco, melhorar continuamente e retribuir de forma satisfatória os seus grupos de interesse (VEIGA, 2015).

No campo dessas informações tem-se as demonstrações financeiras, entre elas o balanço patrimonial (BP), a demonstração de resultado do exercício (DRE) e a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC). Elas são instrumento que possibilitam o planejamento e o controle dos recursos financeiros de uma empresa e também auxiliam na tomada de decisão. Os relatórios ou demonstrativos gerados pela contabilidade são importantes para empreendedores, funcionários, investidores, fornecedores e bancos, mas existem outros usuários. É através dessas informações que se tem ciência do real desempenho empresarial (SOUSA; HORA; CAVALCANTE, 2021).

Segundo GELBECK *et al.* (2018, p.58), “o balanço patrimonial apresenta a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática”. As contas são classificadas de maneira ordenada e uniforme, para viabilizar uma análise e interpretação correta da situação patrimonial e financeira (GELBECK *et al.*, 2018).

A DRE fornece os resultados do lucro ou prejuízo, de forma esquematizada, durante determinado exercício social. O lucro ou prejuízo é resultado das receitas, custos e despesas ocorridos no período e são transferidos para as contas do patrimônio líquido (ASSAF NETO, 2020).

A DFC é uma ferramenta que permite controlar os pagamentos e recebimentos durante um determinado período. A sua aplicação ajuda os usuários a analisar a capacidade de gerar caixa e equivalente de caixa (GELBCKE *et al.*, 2018).

Masero e Manjón (2020, p. 921) afirmam que “os índices baseados na DFC oferecem melhor mensuração da liquidez do que os incluídos no balanço patrimonial e na demonstração

de resultados”. A liquidez pode ser definida como a capacidade que uma empresa tem em pagar suas dívidas na medida em que forem vencendo. Com um fluxo de caixa atualizado é possível saber a posição de liquidez e rentabilidade em um determinado período. A capacidade de saldar os compromissos é um fator chave que determina a continuidade e o crescimento do negócio (DALBELLO, 1999). A sua insuficiência do caixa pode gerar cortes nos créditos, suspensão de entregas de materiais e mercadorias e causar a descontinuidade das operações (ASSAF, 2022).

Apesar de importantes e auxiliarem na administração financeira das empresas, os demonstrativos financeiros não são obrigatórios para todas as organizações, elas mudam de acordo com a constituição da sociedade empresarial. Pela lei nº 6.404/76 e nº 11.638/07 as empresas brasileiras são obrigadas apresentar a DRE anualmente, após o encerramento do ano, com exceção das empresas cadastradas como MEI (Micro Empreendedor Individual). As empresas optantes pelo simples Nacional, com DRE e tributos em dia, não precisam apresentar o BP (MARQUES, 2020).

A escolha contábil sobre qual demonstrativo aplicar varia também segundo as características institucionais, contratuais e econômicas que a empresa está inserida (NASCIMENTO; ZANOLLA, 2020). Estudos recentes reconhecem que as ferramentas específicas para o gerenciamento se diferenciam conforme as características particulares do negócio, como tamanho e ramo de atuação (MASERO; MANJÓN, 2020). O processo de gestão é outro fator relevante, visto que os gestores poderão adequar as demonstrações financeiras para fins decisórios.

A maioria das micro e pequenas empresas (MPE's) não possuem relatórios de contabilidade para apoiar a administração e a tomada de decisão. Na grande maioria, os donos focam a sua atenção no cumprimento das obrigações fiscais (SANTOS; MACEDO; SOUZA, 2021). Para Lucena (2004), nessas empresas a informação predominante é a informal, o que dificulta os processos de geração de informação correta para a tomada de decisão.

Com grande presença no mercado as MPEs são gerenciadas, em sua maioria, pelos proprietários que não possuem muito conhecimento sobre administração financeira, apresentando baixa produtividade e pouca eficiência (SANTOS; MACEDO; SOUZA, 2021)

Segundo o SEBRAE (2023), 80% a 90% das micro e pequenas empresas são familiares. Para Oliveira (2017), o processo de gestão de uma empresa familiar afeta os objetivos organizacionais, visto que o tomador de decisão é um membro da família e os

valores individuais se sobrepõem aos valores institucionais. Também pode existir uma dificuldade na separação do papel familiar do cargo exercido na organização. Segundo Estol e Ferreira (2006), a origem, o treinamento e a experiência profissional afetam a cultura organizacional de uma empresa familiar e, conseqüentemente, a sua continuidade.

As MPEs não dispõem de recursos financeiros e tecnológicos na gestão, adicionado a isso há um alto nível de incerteza em seu ambiente, influenciado pelas rápidas mudanças, o que dificulta ainda mais o seu gerenciamento (SANTOS; MACEDO; SOUZA, 2021). Nesse cenário, a administração de empresas não pode se sustentar com futuros incertos sem um mínimo de planejamento e controle financeiro. O que reduz as incertezas são os conjuntos dos dados, a sua qualidade e as informações que se dispõem no presente. Com isso a empresa consegue atualizar as suas estratégias para adaptar-se à dinâmica do mercado (DALBELLO, 1999).

Mediante o exposto, o presente trabalho tem como objetivo verificar a importância das demonstrações financeiras para os gestores de micro e pequenas empresas (MPE's) do estado de Minas Geras e se eles fazem uso desses relatórios para auxiliar na tomada de decisão em suas finanças empresariais. Assim, pretende-se investigar nesta pesquisa a percepção dos gestores da importância do Balanço Patrimonial, Demonstração de Fluxo de Caixa e Demonstração de Resultado do Exercício e como as decisões são tomadas. A partir da pesquisa, espera-se responder as seguintes questões: o quão é importante e qual o conhecimento dos gestores sobre as três demonstrações financeiras citadas acima, o gestores utilizam e aplicam na prática as demonstrações financeiras elaboradas em suas empresas? Se sim, como são tomadas decisões a partir das demonstrações financeiras?

1.1 Objetivo geral

Verificar a importância das demonstrações financeiras para os gestores de micro e pequenas empresas (MPE's) do estado de Minas Geras e se eles fazem uso desses relatórios para auxiliar na tomada de decisão em suas finanças empresariais.

Os objetivos específicos são:

- a) Verificar qual dos relatórios (BP, DRE e DFC) são visto como importantes e por que;
- b) Verificar se o gestor analisa os demonstrativos financeiros da empresa;

- c) Identificar quais demonstrativos financeiros são utilizados pela empresa para tomada de decisões;
- d) Analisar como as decisões são tomadas com base nos demonstrativos financeiros;
- e) Verificar quais as dificuldades os gestores têm na análise dos relatórios financeiros.

1.2 Justificativa

O desenvolvimento deste trabalho se justifica pela importância teórica e prática do tema para a sociedade. As micro e pequenas empresas são responsáveis por gerar a riqueza, produção e comercialização de bens e serviços, colaborando com o desenvolvimento econômico (MOREIRA et al, 2013). Segundo o SEBRAE (2022), 30% do PIB brasileiro é gerado pelas micro e pequenas empresas, 72% dos empregos criados, no primeiro semestre de 2022, estão concentrados nesse segmento.

Muitos empresários criticam a carga tributária, os encargos sociais, a falta de recursos, os juros altos que de fato contribuem para debilitar as empresas. A má gerência ocorre muitas vezes devido as decisões tomadas sem dados confiáveis, sem controle de fluxo de caixa e sem de planejamento e, por isso, administram financeiramente de forma inadequada. Com o crescimento das dificuldades econômicas, aumento da concorrência e novos modelos de negócio, a experiência não é mais um aspecto decisivo e suficiente para manter a empresa funcionando (IUDÍCIBIUS; MARION, 2022). Estudos do SEBRAE (2020) demonstrou que os fatores que mais contribuíram para o fechamento dos negócios foi falta de planejamento de negócio, falta de gestão do negócio e pouco preparo pessoal.

O fechamento das MPEs traz prejuízo para a economia local, regional e nacional, porque deixam de gerar renda e faz com que o número de desempregados e trabalhadores informais aumente (PIASENTINI; SILVA; MARTINS; LEITE, 2022).

A relevância e contribuição do trabalho ocorrem na medida em que se demonstra como o conhecimento teórico é importante e tem um valor social e econômico para as micro e pequenas empresas. A importância do conhecimento sobre a lógica contábil permite que a tomada de decisão seja mais precisa, colaborando com um resultado melhor (MOREIRA et al, 2013). As rápidas mudanças que estão acontecendo no ambiente econômico e financeiro tornam esse estudo relevante.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As empresas atualmente podem ser definidas como um complexo sistema aberto que se relaciona diretamente com o ambiente externo, pois os fatores econômicos, políticos e sociais impactam diretamente no seu futuro. Para sua gestão diversos instrumentos e ciências são utilizadas, como a contabilidade. Segundo Iudícibus e Marion (2022, p.4), a contabilidade “estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade e, como uma ciência social evolui acompanhando o desenvolvimento da sociedade”.

Horngren et al (2002, p.5) define contabilidade como:

“O sistema de informações que mede as atividades do negócio, processa as informações em relatórios e comunica os resultados para os tomadores de decisão. É frequentemente chamada de ‘a linguagem dos negócios’. Quanto melhor você entender essa linguagem, melhores são suas decisões de negócio”.

As informações são transmitidas por meio de relatórios conhecidos com demonstrações contábeis ou financeiras. Assim, o relatório contábil deve de forma resumida e ordenada expor os principais fatos registrados na Contabilidade, demonstrando o desempenho, o fluxo de caixa e a posição financeira e patrimonial para a tomada de decisão econômica. Alguns exemplos são decidir quando manter, vender ou comprar bens patrimoniais, decidir sobre a política tributária e a distribuição de lucros e dividendos (IUDÍCIBUS, 2020).

No campo da gestão empresarial tem-se a área financeira. O responsável pelo setor financeiro deve usar informações de curto prazo e longo prazo. No curto prazo, essas informações dizem respeito ao volume de vendas, preços de venda, contas a pagar, contas a receber, tributos a recolher e outras despesas e receitas. No longo prazo, as informações referem-se sobre as dívidas adquiridas, viabilidade de captação e aplicação de recursos e negócios em perspectiva. Essas informações são obtidas através das demonstrações ou relatórios contábeis, regidos pela Lei nº 11.638/2007. Esses dados fazem parte da informação gerencial da empresa (LEMES; RIGO; CHEROBIM, 2010).

Os relatórios obrigatórios são aqueles exigidos por lei, sendo conhecidos como demonstrações contábeis ou financeiras. Para sociedade limitada de grande porte e sociedade anônima é exigido um número maior de demonstrativos financeiros e para os restantes existem exceções em razão do faturamento ou valor do ativo (IUDÍCIBUS; MARION, 2022).

Segundo a Lei nº123/2006, as micro e pequenas empresas são classificadas a partir da receita bruta anual. As microempresas devem ter receita anual de até R\$360.000,00 e as de pequeno porte devem ter receita entre R\$360.000,00 e R\$4.800.000,00 (SEBRAE, 2022).

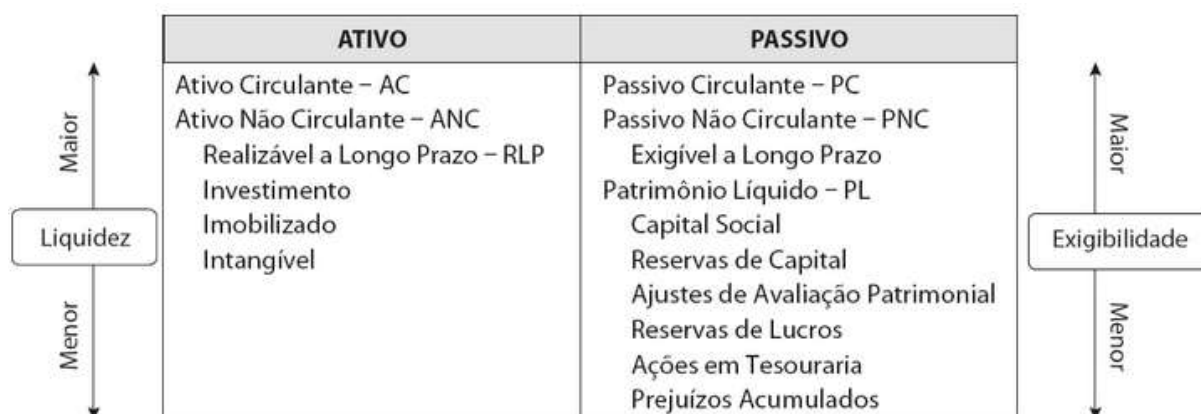
De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade TG 1000 do ano de 2016, as MPEs devem contemplar o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados e notas explicativas às demonstrações contábeis (SANTOS; VEIGA, 2014).

A elaboração e divulgação dos demonstrativos, além de serem úteis para a tomada de decisão, também podem ser usados para buscar financiamento, fazer acompanhamentos, controle, proporcionar uma transparência maior e informar aos funcionários, aos terceirizados e aos fornecedores a situação da empresa (SANTOS; VEIGA, 2014).

2.1 Balanço Patrimonial (BP)

O balanço patrimonial é uma demonstração financeira estática e resumida que apresentam os bens, direitos, obrigações e o capital pertencente aos proprietários, em um determinado período, geralmente ao fim de cada exercício social (LEMES; RIGO; CHEROBIM, 2010). A sua estrutura é dividida em ativo, passivo e patrimônio líquido (Quadro 1). Cada uma das partes é dividida em “grupos”, que são colocados em ordem decrescente de grau de liquidez no ativo e ordem decrescente de exigibilidade no passivo (ASSAF NETO, 2020).

Figura 1 – Estrutura básica do balanço patrimonial



Fonte: Assaf Neto, p. 61, (2020)

Ativos, segundo Iudícibus (p. 124-125, 2010), “são recursos controlados por uma entidade capazes de gerar, mediata e imediatamente, fluxos de caixa”. São classificados como circulante e não circulante. O circulante são bens e direitos que podem ser convertidos em caixa em até 12 meses, como por exemplo, a compra e venda de estoque ou contas a receber (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2013). No ativo não circulante são feitas as aplicações de recursos em bens, que não são destinados à venda, cujo objetivo é a utilização para produção de bens ou serviços (LEMES; RIGO; CHEROBIM, 2010). De acordo com Iudícibus e Marion (2022, p. 30) “os recursos do ativo podem ser obtidos de terceiros, que se denomina passivo exigível. Quando a origem é própria, denomina-se capital próprio”.

O passivo demonstra as exigibilidades e obrigações atuais da empresa, onde os valores se encontram investidos nos ativos. Os recursos são classificados como curto prazo e longo prazo, sendo definidos, respectivamente como passivo circulantes e passivo não circulantes (ASSAF NETO, 2020). O circulante registra dívidas e obrigações, a vencer nos próximos 12 meses, ou seja, no próximo exercício social. Como exemplo: contas a pagar, empréstimos e financiamentos, salários a pagar, dividendos declarados, entre outros. O passivo não circulante compõe as dívidas de longo prazo, com vencimento superior a um ano, como contas e títulos a pagar, débitos de imposto de renda e contribuição social, provisões fiscais, trabalhistas e cíveis, etc. (LEMES; RIGO; CHEROBIM, 2010).

O patrimônio líquido é constituído pelo investimento inicial dos sócios, com acréscimo de lucro e novos investimentos, ou decréscimo devido a prejuízos e diminuição nos investimentos. Seu valor é determinado pela diferença entre o Ativo e o Passivo Exigível

(IUDÍCIBUS; MARION, 2022). Ele é composto pelo capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesourarias e prejuízos acumulados (LEMES; RIGO; CHEROBIM, 2010).

O passivo total é composto pela soma do passivo circulante, do não circulante e do patrimônio líquido, que representa a origem total de recursos (capital de terceiros ou próprio). “O total do ativo será sempre igual ao passivo total, mantendo equilíbrio entre as origens e as aplicações de recursos” (IUDÍCIBUS; MARION, p. 31, 2022).

Um dos pontos mais importantes do passivo é a sua estrutura do capital que é formada pelo capital de terceiros (PC + ELP) e capital próprio (Patrimônio Líquido). Quanto maior o capital de terceiros, maior é a dívida. Nela deve ser analisado o prazo e custo da dívida para mensurar o quanto ela pode ser boa, ou seja, a qualidade que ela representa no contexto geral (IUDÍCIBUS; MARION, 2022).

Algumas das indagações que podem ser feitas na gestão do passivo: o endividamento das empresas nos últimos anos cresceu. A alta da inflação, aumento das taxas de juros e forte retração da produção e do consumo prejudicaram as receitas e aumentaram os custos financeiros, fazendo com que as empresas adquirissem mais dívidas para cumprir o passivo circulante e não circulante e atravessassem a crise econômico com uma perda menor (IUDÍCIBUS; MARION, 2022).

Os valores dos ativos e passivos demonstram a posição do patrimônio líquido no momento da apuração, não levando em consideração a continuidade do negócio. Assim, não reflete o futuro dos ativos operacionais (ASSAF NETO, 2020).

2.2 Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)

A demonstração do resultado do exercício expressa os resultados econômicos de um período específico, geralmente um ano. A partir dele é possível evidenciar a formação do lucro ou prejuízo final da empresa (LEMES; RIGO; CHEROBIM, 2010).

O seu objetivo é apresentar e fornecer aos usuários, um resumo de todas as receitas, despesas e custos de maneira estruturada e ordenada verticalmente (IUDÍCIBUS; MARION, 2022). Assaf Neto (2010, p. 64) contribui no entendimento de que:

“A demonstração de resultados de exercício visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido. O lucro (ou prejuízo) é resultante de receitas, custos e despesas incorridos pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência, ou seja, independente de que tenham sido esses valores pagos ou recebidos.”

Quadro 1 – Estruturação da demonstração do resultado de acordo com a Lei das S.A.

	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços
(-)	Descontos Concedidos, Devoluções
(-)	Impostos sobre venda
=	RECEITA LÍQUIDA
(-)	Custo dos Produtos Vendidos e/ou Serviços Prestados
=	RESULTADO BRUTO
(-)	Despesas/Receitas operacionais
(-)	Despesas Gerais e Administrativas
(-)	Despesas de Vendas
(+)	Receitas Financeiras
(-)	Despesas Financeiras
(-)	Juros sobre o capital
(+)	Outras receitas operacionais
(-)	Outras despesas operacionais
=	RESULTADO ANTES DO IR/CSLL
(-)	Provisão para IR e Contribuição Social
=	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES
(-)	Participações
(-)	Contribuições
(+)	Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio
=	RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
	LUCRO POR AÇÃO

Fonte: Assaf Neto, p. 80, (2020)

O regime de competência informa as despesas e receitas à época dos acontecimentos, e não do efetivo recebimento ou pagamento, entrada ou saída de caixa da empresa (LEMES; RIGO; CHEROBIM, 2010). A legislação estabelece a sequência de apresentação dos elementos da demonstração do resultado para efeitos de publicação que é apresentado na tabela 1.

2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Segundo Marion (2022), a demonstração do fluxo de caixa (DFC) é um dos principais relatórios contábeis para fins gerenciais. A partir dele é possível evidenciar as mudanças ocorridas no saldo de disponibilidade (caixa e equivalente de caixa) da empresa em dado período de tempo, através dos fluxos de recebimento e pagamento. A DFC, por apresentar uma linguagem mais simples e de fácil entendimento, se comunica melhor com a maioria dos usuários.

A demonstração do fluxo de caixa indica as alterações ocorridas no exercício e são classificadas em atividades operacionais, de investimentos e financiamentos (MARION, 2022).

A atividade operacional é a principal fonte geradora de receita da empresa. Reúne todos os recursos inerentes à atividade-fim, assim como outras atividades não enquadradas em financiamento ou investimentos. Cabe ressaltar que são considerados apenas recebimento e pagamentos efetivos, não sendo somados os valores a receber ou a pagar. Alguns exemplos são pagamento de salário, pagamento de fornecedores de mercadorias, recebimento de clientes e rendimentos de aplicações financeiras (LEMES; RIGO; CHEROBIM, 2010) (MARION, 2022).

A atividade de investimento se refere aos valores destinados à atividade operacional de produção e venda da empresa e são determinados por variações nos ativos de longo prazo (ASSAF NETO, 2020). Como exemplos, pode-se citar: valores captados no mercado de terceiros e sócios, para financiar as atividades da empresa, incluindo os custos de capital próprio (LEMES; RIGO; CHEROBIM, p. 78, 2010).

A lei permite que a DFC seja elaborada pelo método direto e indireto. O primeiro demonstra as entradas e saídas das movimentações financeiras, explicitando cada componente da atividade operacional, como pagamento de juros e impostos e recebimento de vendas. O

segundo, “parte do lucro líquido do exercício para se conciliar com o caixa gerado pelas operações” (ASSAF NETO, p. 97, 2020).

Figura 2 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Modelo Direito

Saldo no final de 20X5 (ou início de 20X6)		1.800
+ <i>Entrada de recursos</i>		
Recebimento de Duplicatas (X5 + X6: \$ 2000 + 2.500)		<u>4.500</u>
Saldo inicial + Recebimento		6.300
(-) <i>Saídas</i>		
Pagamentos de empréstimos	(1.500)	
Despesas pagas	<u>(2.000)</u>	<u>(3.500)</u>
Saldo no final de 20X6		2.800

Fonte: MARION, José Carlos. p. 128, 2022

As informações da DFC devem ser usadas em conjunto com outros relatórios contábeis, para ajudar investidores, credores e outros interessados a avaliar a capacidade da empresa em cumprir suas obrigações e pagar dividendos, avaliar a capacidade em gerar fluxo de caixa positivo, analisar as razões para diferenças entre pagamentos em caixa, recebimento e resultado líquido e apontar o impacto das transações de investimentos e financiamento em caixa e não caixa sobre a posição financeira (LEMES; RIGO; CHEROBIM, 2010).

2.4 Micro e Pequenas Empresas no Brasil

As micro e pequenas empresas são de fundamental importância para o desenvolvimento do Brasil. Mesmo em um ambiente desfavorável, elas representam 99% das empresas brasileiras e são responsáveis por 54% dos empregos formais da economia (ZARLENGA, BEVILÂQUA, 2018).

A criação do regime simplificado para MPEs em 2006, o Simples Nacional, contribuiu para aumentar o número de empresas formalizadas, ampliar a geração de empregos e aumentar o ciclo de vidas dos negócios (ZARLENGA, BEVILÂQUA, 2018).

Os dados indicam que entre os anos de 2010 e 2015, quase 3 milhões de assalariados foram incluídos pela economia formal. Desse total, 1,9 milhão fazem parte das empresas que usam o Simples. Dentro do mesmo período, as empresas optantes por esse regime de tributação aumentaram o número de empregados em 21%, enquanto as empresas fora do regime incrementaram a quantidade de funcionários em 5% (ZARLENGA, BEVILÂQUA, 2018).

Os dados mostram que as MPE que fazem parte desse regime de tributação sobrevivem por mais tempo quando comparado com aqueles que as optam por outro modelo. A cada dez empresas que escolhem o Simples, oito conseguem superar os dois primeiros anos, que são os considerados mais difíceis para os negócios (ZARLENGA, BEVILÂQUA, 2018).

Apesar dos dados indicarem melhoras significativas em vários aspectos, Nogueira e Zucoloto (2018), ressaltam que a produtividade das micro, pequena e média empresas é baixa quando comparado à dos países desenvolvidos. A economia brasileira é extremamente diversificada, enquanto determinadas firmas podem se equiparar a de países desenvolvidos, existem segmentos que a produtividade não conseguem ultrapassar o valor de um salário mínimo. Isso significa que a riqueza que geram não é suficiente para garantir a remuneração mínima da atividade laboral. A baixa produtividade sistêmica é resultado da heterogeneidade da estrutura produtiva brasileira. Os segmentos com a produtividade mais baixa, são compostos pelas empresas de menor porte, sendo formais ou informais. Da perspectiva social, essa baixa produtividade é um obstáculo para diminuir a desigualdade de renda, porque tais empresas não são economicamente capazes de aumentar a quantia paga pelo trabalho. Pensar nesse aspecto permite atribuir novas perspectivas nos estudos do sistema produtivo. Compreender melhor a dinâmica das empresas, processos, procedimentos, cadeias produtivas e setor econômico são alguns dos pontos que precisam ser explorados.

Ainda segundo os autores, os avanços na legislação e aumento de políticas e programas públicos para as empresas de pequeno porte representam um avanço, contudo, ainda não são suficientes para superar as dificuldade. Um dos desafios é ir além de casos de sucesso e implementar políticas efetivas que alcancem um número maior de agentes. Para isso, é importante adotar políticas de caráter sistêmico, capazes de integrar, articular e coordenar um conjunto de políticas de desenvolvimento, inovação, financiamento, tributação, educação, normatização, regulação e justiça etc.; e do lado da demanda, criar condições para o desenvolvimento de um mercado interno.

2.5 Demonstrativos financeiros como suporte para a tomada de decisão

Moreira et al (2013), realizou um estudo em Teófilo Otoni que investigou como os micro e pequenos empresários percebiam a importância das informações contábeis como um suporte para a gestão de seus negócios. Para isso, buscou-se compreender qual a relevância atribuída às informações contábeis e também no suporte à tomada de decisões, verificando qual a importância do contador e aos serviços contábeis, e se esses serviços de fato fornecem um suporte adequado nos processos decisórios.

Inicialmente, os gestores consideraram as informações contábeis importantes para a tomada de decisão, mas quando questionados sobre os relatórios muitos afirmam que não recebem. Sobre o processo decisório das empresas, muitos confiam mais na própria experiência e na intuição para alcançar os resultados. Uma parte considerável percebe os contadores somente como profissionais que fornecem serviços para o recolhimento de impostos e contribuições sociais. Para um grupo, o contador não é um profissional qualificado para elaborar informações sobre controle e avaliação de desempenho e para alguns empresários, as informações e relatórios contábeis tem valor, fazendo com que estejam dispostos a pagar a mais em troca do recebimento dos relatórios.

Gomes, Oliveira e Silva (2017) em outro trabalho pesquisam quais as informações contábeis são utilizadas pelos micro e pequenos empreendedores do município de Jacaraú/PB para o processo decisório. Verificou-se que a maioria das empresas utilizam dados fiscais, balanço patrimonial e demonstração do fluxo de caixa. Observou-se também que a contabilidade tem auxiliado em decisões a respeito do controle de estoque, formação de preço, saída e entrada de capital mensal e novos investimentos. De um modo geral, ficou claro que os gestores concordam sobre a importância da contabilidade para a gestão de seus negócios.

Olyntho, Ribeiro e Munhão (2013) demonstraram a percepção dos gestores das MPEs relativo à contabilidade gerencial na tomada de decisão no setor de confecções da cidade de Tangará da Serra/MT. O estudo foi feito com 32 organizações e os dados foram coletados por meio da aplicação de questionário *in loco* nas próprias empresas. Os resultados mostraram que a grande maioria dos gestores das MPEs fazem uso da contabilidade, entretanto, não possuem conhecimento necessário para fazer uso na prática. Dessa forma, concluiu-se que a maioria não utiliza as informações contábeis no processo de tomada de decisão.

Borges e Leal (2015) analisaram a relevância atribuída pelos gestores de MPEs às informações contábeis gerenciais. A pesquisa foi feita com 75 administradores de micro e pequenas empresas vinculadas ao Programa Empreender desenvolvido pela Associação Comercial e Industrial de Uberlândia. Os principais resultados demonstram que os gestores avaliam as informações contábeis como “muito importante”, e as utilizam com grande frequência, indo contra a maioria dos estudos e resultados encontrados na literatura.

3 METODOLOGIA

Esse trabalho tem caráter descritivo com uma abordagem qualitativa, procurando compreender a percepção dos gestores das MPEs das cidades de Governador Valadares, Viçosa e Juiz de Fora a respeito da importância de três relatórios contábeis e como as decisões são tomadas. As técnicas para coleta de dados ocorreram com a aplicação de um questionário junto com a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa descritiva tem como objetivo estabelecer uma relação entre variáveis ou retratar de forma detalhada as características de uma população ou fenômeno (GIL, 2008). Segundo Martins e Theóphilo (2007), a categoria descritiva tem como base inicial os conceitos que surgem a partir da teoria. A função da teoria é explicar, sistematizar e dar ordem ao conhecimento sobre um fenômeno da realidade. Também está ligada a predição, ou seja, guia as ações futuras a partir de determinadas condições.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Zanella (2013, p.35), “tem como base conhecimentos teórico-empírico que permitem atribuir-lhe cientificidade”. Segundo Triviños (1987, p.128-130), as características da pesquisa qualitativa são: (i) dispor de um ambiente natural como fonte direta dos dados e ter um pesquisador como instrumento-chave; (ii) ter preocupação com os processos e não com os resultados e produtos, pois o comportamento de um determinado caso depende da interação de diversos fatores; (iii) realizar análise de forma indutiva; (iv) ter como preocupação central o significado, porque será possível compreender melhor o dinamismo entre os elementos da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica possibilita a coleta informações de forma antecipada. Foram consultados livros, periódicos especializados, monografia e teses públicas sobre assunto. (ZANELLA, 2013).

O questionário é um importante instrumento de coletas de dados e evidências que pode ser respondido sem a presença do pesquisador (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). Segundo Gil (2008, p.121):

Pode-se definir questionário como uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimento, crenças, sentimentos, valores, interesses [...] etc.

O questionário deve traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões irão viabilizar as informações para descrever as características do grupo pesquisado (GIL, 2008).

Para o desenvolvimento da pesquisa foram estudadas cinco micro e pequenas empresas do segmento de vendas de artigos e vestuários. A escolha desse segmento ocorreu pelo fato dos proprietários serem acessíveis a autora dessa monografia. Todos os participantes e entrevistados são proprietários da empresa. A amostragem ocorreu por conveniência. Segundo Gil (2008), nessa amostragem o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, sendo destituído de qualquer rigor estatístico.

3.1 Coleta de dados

Conforme comentado anteriormente, a coleta de dados foi obtida através de um questionário. Inicialmente foi aplicado questionário com seis demonstrações financeiras, o balanço patrimonial, a demonstração de resultado do exercício, a demonstração de resultado abrangente, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração de fluxo de caixa e demonstração das mutações do patrimônio líquido. Por abordar uma quantidade maior relatórios, sendo alguns mais complexos, o questionário ficou muito extenso e maçante para os gestores. A primeira pessoa a responder, deu as mesmas respostas para todas as perguntas abertas e afirmou fazer determinadas demonstrações nas questões fechadas, mas nas abertas disse não fazer. Pelas contradições, incoerências e extensão, optou-se diminuir a quantidade de demonstrações para torná-lo mais objetivo.

Após ser modificado o questionário passou a ter trinta e cinco perguntas, com questões abertas e fechadas, sendo dividido em cinco partes. A primeira parte teve como objetivo conhecer os dados gerais das empresas e dos entrevistados. A segunda foi conhecer quais demonstrativos financeiros são elaborados e utilizados pelas empresas. A terceira foi entender o grau de importância desses demonstrativos no processo decisório e os seus respectivos motivos, onde cada entrevistado pôde escrever em caixas abertas a sua explicação. A quarta foi saber quais demonstrativos a empresa faz, como eles auxiliam na tomada de decisão e quais são utilizados com mais frequência. Na quinta e última parte, buscou-se compreender quais as dificuldades no uso das demonstrações financeiras e se o contador da empresa ou do escritório auxilia nas dúvidas que surgem relativos ao tema.

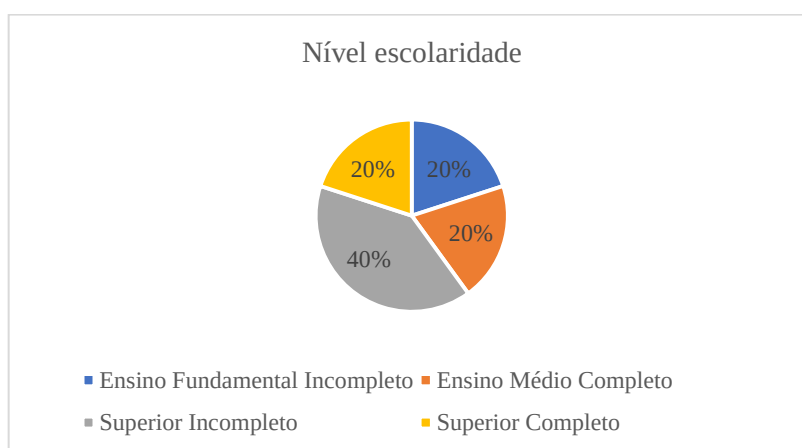
O questionário foi aplicado *on-line* usando a ferramenta *google forms* e respondido nos meses de março, abril e maio de 2023. Cinco gestores participaram da pesquisa.

4 ANÁLISE DE DADOS

4.1 Dados gerais das empresas e dos entrevistados

Os dados gerais dos entrevistados demonstram que todos os participantes da pesquisa são proprietários do negócio e que 60% deles têm faixa etária acima de 50 anos, 20% entre 29 e 39 anos e 20% entre 18 e 28 anos. A figura 1 apresenta o nível de escolaridade dos respondentes da amostra. A pesquisa revela que 20% têm ensino fundamental incompleto, 20% têm ensino médio completo, 40% têm superior incompleto e 20% têm superior completo. O único participante com ensino superior completo é formado em administração.

Figura 3 – Nível de escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa

Todos os participantes se identificaram como administradores da empresa e todos têm de um a nove funcionários. Os dados do quadro 2 apontam o tempo de funcionamento das empresas.

Quadro 2 - Tempo de funcionamento da empresa

Empresa	Tempo de funcionamento da empresa
A	9 meses
B	4 anos
C	23 anos
D	20 anos
E	3 anos

Fonte: Dados da pesquisa

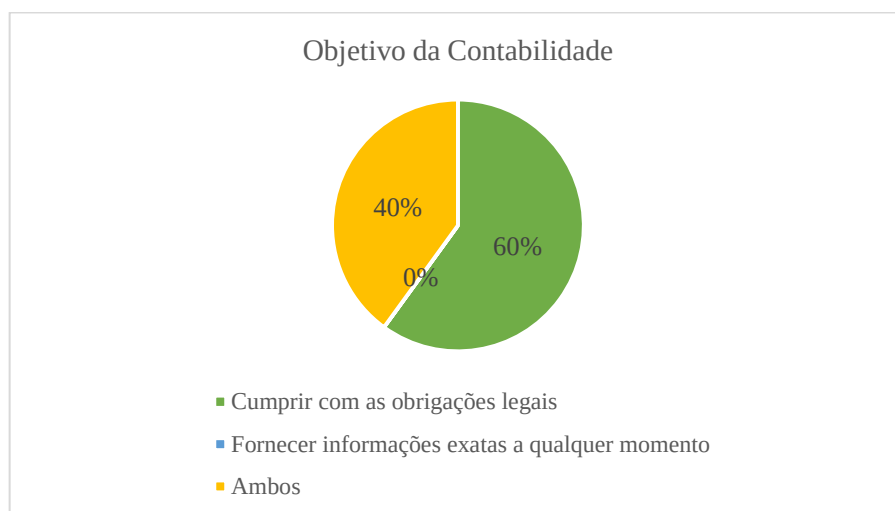
Nota-se que duas das cinco micro e pequenas empresas tem mais de 10 anos de existência. Segundo Queiroz (2005), as empresas com mais de dez anos no mercado estão acima da média nacional. De acordo com a pesquisa Sobrevivência de Empresas (2020), realizado com base em dados da Receita Federal e com levantamento de campo, a taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas, após cinco anos, é de 21,6% e as de pequeno porte é de 17%.

4.2 Demonstrativos financeiros elaboradas e utilizados pela empresa

Sobre a elaboração dos demonstrativos contábeis, 60% são realizados por um escritório contábil e 40% pela própria empresa. Mesmo que a grande maioria contrate um escritório, alguns fazem a própria demonstração, como DFC ou DRE como será mostrado logo abaixo.

Quando perguntados sobre qual o objetivo da contabilidade, 40% afirmaram que seria somente para cumprir as obrigações legais e 60% para fornecer informações exatas e cumprir com a legislação.

Figura 4 – Objetivo da Contabilidade



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação aos relatórios contábeis, foi perguntado se os gestores conheciam o balanço patrimonial, a demonstração de resultado do exercício e a demonstração de fluxo de caixa. As respostas obtidas neste item estão descritas no quadro 3.

Quadro 3 - Conhecimento acerca do BP, DRE e DFC

	Conhecem e utilizam	Conhecem, mas não utilizam	Não conhecem
BP	60%	20%	20%
DRE	60%	40%	-
DFC	100%	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

Os demonstrativos financeiros elaborados pelos próprios gestores das empresas (Quadro 4) são a demonstração de fluxo de caixa e a demonstração de resultado do exercício. Segue o resultado abaixo:

Quadro 4 - Demonstrativos contábeis elaborados pela própria empresa

Participantes	Demonstrativos Financeiros
A	DFC
B	DFC
C	DRE e DFC
D	DRE
E	DFC

Fonte: Dados da pesquisa

No que tange a periodicidade da DFC, 80% responderam que realizam mensalmente e 20% anualmente. Sobre a elaboração, 60% dos participantes utilizam planilha de Excel, 20% fazem manualmente e 20% usam um *software* específico.

4.3 Importância dos demonstrativos financeiros

Neste tópico é exposto a importância de cada demonstrativo financeiro nos processos decisórios de acordo com a percepção dos gestores. Sobre o balanço patrimonial 60% consideram muito importante, 20% importante e 20% afirmam não ser importante. Algumas das respostas foram:

Participante B: “Ele além de dar um norte nas decisões faz com que as metas de faturamento sejam analisadas da maneira assertiva”.

Participante C: “Porque por ele eu consigo saber como anda a minha empresa”.

Participante D: “A fim de maximizar os lucros e possíveis investimentos da empresa em outros setores”.

Participante E: “Para trabalharmos com segurança nos pagamentos e compras”.

Nota-se que nenhum dos participantes soube conceituar BP de forma correta. Alguns deram resposta genéricas sobre o balanço patrimonial, mas ninguém conseguiu demonstrar a sua real importância com uma justificativa pertinente. Além de ser uma fonte de informação confiável, ele também serve como inventário da empresa, auxilia na orientação de decisões e serve de apoio a gestão tributária (FIA, 2023). Os dados mostram que a maioria dos participantes consideram importante e utilizam o BP, mas não demonstram ter conhecimento sobre esse relatório. O participante A ainda não tem um ano de existência. A sua resposta foi “esse processo ainda não começou, vai ser iniciado em breve”, optando por marcar “não é importante”.

Em relação à demonstração de resultado do exercício 80% afirmaram ser muito importante e 20% não considera importante. As respostas dos participantes sobre a DRE foram:

Participante B: “Pois é através dele que as decisões são tomadas. E com base nas informações colocadas ali que o futuro da empresa vai acontecer”.

Participante C: “Porque através dele consigo perceber como anda a empresa e se estou tendo prejuízo ou não”.

Participante D: “Para ver onde está o erro ou o acerto, para aprimorarmos”.

Participante E: “Pois assim podemos saber se a empresa tem dado lucro ou prejuízo”.

No que tange a essa demonstração contábil, percebe-se que alguns compreendem a essência da DRE que é saber se o patrimônio está crescendo ou não e como pode ser usada de suporte para a tomada de decisão. O participante A afirmou não ser importante “por não ter contabilidade ainda”, demonstrando não saber para que serve o relatório e como pode ser útil.

No que diz respeito à demonstração de fluxo de caixa, 80% afirmaram ser muito importante e 20% não consideram importante. De acordo com os entrevistados, a demonstração do fluxo de caixa tem a seguinte importância:

Participante B: “Mostra a saúde da empresa. Importa para o processo de tomada de decisão de compra e de estoque de produtos. Ajuda nas decisões da estratégia de marketing e vendas”.

Participante C: “Porque ela indica tudo o que entra e sai do meu caixa”.

Participante D: “Para ver onde estamos gastando, para melhor ver o lucro líquido e não desviar para a conta pessoal”.

Participante E: “Importante ter um noção de caixa da empresa para possíveis investimentos futuros”.

Acerca da DFC existe uma compreensão maior sobre esse relatório por ter uma linguagem mais simples. Conforme Oliveira (2008), ela demonstra as movimentações ocorridas no caixa e possibilita analisar como foram obtidos e como foram aplicados os recursos nas atividades da organização, decorrentes da integração controle de contas a pagar e contas a receber.

De acordo com Drucker (1996), o fluxo de caixa e a liquidez são os principais demonstrativos de controle. O autor afirma que se uma empresa tem um fluxo de caixa adequado a sua operação, ela pode funcionar sem lucro por bastante tempo, mas em uma situação reversa não conseguiria dar continuidade as atividades. A diminuição na liquidez ou no caixa pode ser mais prejudicial à empresa do que uma redução nos lucros. Desse modo, é uma vantagem para os proprietários saberem o seu significado.

Ao questionar se as ferramentas (BP, DRE e DFC) ajudam na administração das micro e pequenas empresas todos os participantes afirmaram que sim. No entanto, conforme observado na prática, à maioria dos gestores tem uma compressão básica sobre DRE e DFC e em relação ao BP ninguém soube explicar, apesar de considerarem importante.

4.4 Tomada de decisões baseada nos demonstrativos financeiros

Nesse tópico são demonstrados como as decisões são tomadas com base nos demonstrativos financeiros e quais as formas de planejamento financeiro os gestores dessas micro e pequenas empresas afirmam utilizar ou não.

Quando perguntados como os demonstrativos financeiros auxiliam na tomada de decisão algumas das respostas foram:

Participante B: “São eles que norteiam as tomadas de decisão do empresário”.

Participante C: “Utilizando elas vai ser possível analisar o que está dando certo e o que precisa mudar”.

Participante D: “Com ele, podemos ver onde economizar ou investir”.

Participante E: “Auxiliam principalmente em um mês ruim para segurar um pouco o fluxo de despesas extras”.

Percebe-se que algumas respostas têm um conhecimento muito básico, como “ver onde economizar ou investir” ou “segurar um pouco o fluxo de despesas extras”, mas não conseguem explicar com mais clareza essa relação e como podem ser úteis na prática.

Quando questionados sobre quais demonstrativos os gestores mais utilizavam para a tomada de decisão e o porquê as explicações foram:

Participante A: “Planilha interna”.

Participante B: “Fluxo de caixa e inventário. Pois como o giro de vendas é alto preciso ter uma ideia da quantidade de produtos e os valores que posso ou tenho que comprar”.

Participante C: “Demonstrativo de Resultado do Exercício porque através dele consigo observar se estou trabalhando no prejuízo”.

Participante D: “Lucro acima de 0. Pois assim a empresa consegue fazer investimentos futuros, visando combater os meses ‘ruins’ ”.

Participante E: “Excel”.

É possível notar que alguns participantes afirmam usar demonstrativos, sendo um fluxo de caixa e outro demonstração de resultado do exercício, mostrando que utilizam somente um relatório, o que torna a tomada de decisão menos precisa do que poderia ser. Ao serem perguntados se usam algum controle particular elaborado pelos próprios gestores 60% responderam que realizam e 40% disseram que não. Nota-se também que os participantes A e E não responderam qual demonstrativo financeiro é utilizado pela empresa, respondendo apenas a ferramenta utilizada (Excel ou planilha eletrônica).

O planejamento financeiro, segundo Gitman (2002, p.588), “é um aspecto importante para o funcionamento e sustentação da empresa, pois fornece roteiro para dirigir, coordenar e controlar suas ações na consecução de seus objetivos”. Os dados mostram que:

- 60% afirmam fazer planejamento financeiros e 40% não fazem;
- 60% realizam planejamento de receitas e 40% não realizam;
- Todos os proprietários afirmam fazer planejamento de custos e despesas;
- 80% fazem planejamento de capital de giro e 20% não; e
- 80% realizam planejamento de caixa e 20% não fazem;

Em relação ao controle identificou que

- 80% realizam o inventário;
- 80% possui controle das contas a receber
- 100% possui controle das contas a pagar.

O planejamento pode ser elaborado no curto ou longo prazo e fundamental para tomar decisões, pois auxilia a administrar as relações com o futuro (GITMAN, 2002). Dornelas (2003) acrescenta que a falta de planejamento financeiro pode ser um fator que contribuiu com a mortalidade de muitas empresas. A partir do questionário nota-se que a grande maioria realiza algum tipo de planejamento financeiro, o que auxilia na tomada de decisão.

4.5 Dificuldade no uso das demonstrações financeiras

No que diz respeito às dificuldades em utilizar as demonstrações financeiras, apenas um respondente disse que “Não há dificuldades” e três respondentes informaram que as dificuldades são “falta de conhecimento”, “muitas informações para analisar” e “falta de compreensão”. Essas respostas estão de acordo com as pesquisas do SEBRAE de 2007 ao afirmar que há uma carência de conhecimento financeiro nas micro e pequenas empresas, sendo esse um dos motivos pelo alto índice de mortalidade. As pesquisas de 2020 afirmam haver pouco preparo pessoal, falta de planejamento e gestão do negócio deficiente. Um respondente apresentou como resposta “A inadimplência está alta”.

Quando perguntados se eles consultam o contador da empresa ou do escritório para tirar dúvidas sobre os relatórios financeiros todos responderam que sim.

5 CONCLUSÃO

Este estudo procurou verificar a importância das demonstrações financeiras para os gestores de micro e pequenas empresas (MPE's) do estado de Minas Gérias e se eles fazem utilizam esses relatórios para auxiliar na tomada de decisão em suas finanças empresariais. Para isso foi preciso: verificar qual dos relatórios (BP, DRE e DFC) são visto como importantes e porquê, analisar como o gestor utiliza os demonstrativos financeiros, identificar quais demonstrativos financeiros são utilizados pela empresa para tomar decisões, analisar como as decisões são feitas com base nos demonstrativos financeiros e analisar quais as dificuldades os gestores têm ao examinar os relatórios financeiros.

Fez parte da pesquisa um conjunto de cinco micro e pequenas empresas situadas no estado de Minas Gerais. A coleta de dados foi realizada a partir do questionário *online* que foi respondido pelos proprietários das empresas.

A partir da exposição dos dados é possível afirmar que os proprietários têm a percepção de que os relatórios são importantes, mas utilizam pouco na prática por não terem compreensão sobre o tema. Ao mesmo tempo em que afirmam conhecer e considerar alguns relatórios importantes, como balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício, não são todos que souberam explicar o conceito e como auxiliam na tomada de decisões.

Dessa forma, conclui-se que a maioria extrai pouca informação dos relatórios contábeis, focando mais na utilização do planejamento financeiro. Assim, o processo decisório não é realizado da maneira mais adequada por se basear em uma quantidade reduzida de informações. Caso tivessem um embasamento técnico maior, o desempenho das atividades poderia ser mais satisfatório.

Grande parte dos artigos e dos estudos do SEBRAE com temas semelhantes mostram como as decisões são tomadas sem respaldo ou com poucas informações e como existe uma falta de preparo dos gestores em relação a administração financeira. Os dados dessa pesquisa condizem com essa realidade. A falta de compreensão nessa área pode comprometer o funcionamento das micro e pequena empresas. O conhecimento sobre o passivo circulante e estrutura de capital poderia, por exemplo, ter auxiliado no período da pandemia da covid-19, quando houve queda na diminuição do consumo e da produção, até o fim das medidas de restrições.

Em relação às limitações, a pesquisa restringiu-se a um pequeno número de participantes dentro do estado de Minas Gerais. Outro aspecto foi à dificuldade de acesso as empresas. Para pesquisas futuras, sugere-se um número maior de participantes que permita verificar com maior amplitude o emprego das demonstrações financeiras no processo decisório e sua importância para os gestores das micro e pequenas empresas.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: **um enfoque econômico-financeiro**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRAISLEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBC TG 1000 (R1):** Contabilidade para pequenas e médias empresas. Brasília. 2016.
- BORGES, L. F. M.; LEAL, E A. Utilidade da informação contábil gerencial na gestão das micro e pequenas empresas: um estudo com empresas do programa empreender de Uberlândia – MG. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, (REGEPE)**. Minas Gerais, v.4, n.3, p. 116-146, 2015.
- DALBELLO, Liliane. **A relevância do fluxo de caixa como ferramenta de gestão financeira para avaliação da liquidez e capacidade de financiamento de empresas**. Tese (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p.169. 1999.
- DRUCKER, P. Administrando para o futuro: **os anos 90 e a virada do século**. 5 ed. São Paulo: Pioneira, 1996.
- DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas. Rio de Janeiro: Elsevier. 2003.
- ESTOL, K. M. E.; FERREIRA, M. C. O. O processo sucessório e a cultura organizacional em uma empresa familiar brasileira. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n.4, p. 111-130, out/dez. 2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas. 2008.
- GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 2002.
- GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. **Manual de contabilidade societária**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- HONG, Yuh Ching; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. Contabilidade e finanças para não especialistas. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- HORNGREN et al. Accounting. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2022.
- IUDÍCIBIUS, Sérgio de. Contabilidade gerencial: **da teoria à prática**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Mussi Szabo. Administração financeira: **princípios, fundamentos e práticas financeiras**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MARQUES, Vanessa. O Balanço Patrimonial É Obrigatório Para Pequenas Empresas? *Jornal Contábel*, 2020. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/ciencias-contabeis/> Acesso em: 25 de mai. 2022

MARTINS, Gilberto de Andrade. THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MASERO, Natividad Rodríguez; MANJÓN, Jesús D. López. A utilidade do fluxo de caixa operacional para a previsão de falência em empresas de médio porte. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v.22, n.4, p.917-931, out/dez. 2020.

MOREIRA, Rafael de Lacerda; ENCARNAÇÃO, Luana Vogel; BISPO, Oscar Neto de Almeida; ANGOTTI, Marcello; COLAUTO, Romualdo Douglas. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. ISSN 2175-8069, UFSC, Florianópolis, v.10, n.19, p.119-140, jan./abr., 2013.

NASCIMENTO, Denise Fernandes; ZANOLLA, Ercilio. Escolhas Contábeis na Demonstração do Fluxo de Caixa: Análise em Empresas da América Latina. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v.23, n.3, p.424-441, set/dez.2020.

NOGUEIRA, Mauro Oddo. Um pirilampo no porão: um pouco de luz no dilemas da produtividade das pequenas e das informalidade no país. Colaboradora: Graziela Ferrero Zucoloto. 2 ed. ver. ampL – Brasília: IPEA, 2019

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Empresa familiar: **como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo sucessório**. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Alexandre Martins Silva; FARIA, Anderson de Oliveira; OLIVIERA, Luís Martins de; ALVES, Paulo Sávio Lopes da Gama. Contabilidade Internacional. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5032-9

OLYNTHO, C. L. S.; RIBEIRO, A. C.; MUNHÃO, E. E. A contabilidade gerencial nas micro e pequenas empresas do comércio de confecções da cidade de Tangará da Serra–MT. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 2, n. 4, 2013.

PIASSENTINI, Elisangela; SILVA, Givanildo; MARTINS, Mariélly Warmeling Laucsen, LEITE, Maurício. Possíveis causas da mortalidade precoce de microempreendedores individuais e micro e pequenas empresas. **Revista Brasileira de Contabilidade e Gestão – RBC&G**, ISSN: 2316-4190 v.11, n.20, p. 147-159, jun. 2022

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade gerencial: **da teoria à prática**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2020.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Curso de Contabilidade para não contadores: **para estudantes e profissionais de administração, economia, direito, engenharia e demais áreas do conhecimento**. 9 ed. Barueri: Atlas, 2022

QUEIROZ, L. M. N. **Investigação do uso da informação contábil na gestão das micros e pequenas empresas da Região do Seridó Potiguar**. Brasília, 2005. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pósgraduação em Ciências Contábeis da UNB/ UFPE/ UFPB/ UFRN, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

ZARLENGA, Aretha A. P. Guimarães Trindade. BEVILÁQUA, Giovanni Silva. Políticas e iniciativas de apoio às micro e pequenas empresas: potenciais efeitos sobre a formalização e o emprego. Repositório do Conhecimento do IPEA. **Radar**, fev 2018

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. (2014). ESTUDO DE MERCADO: Entenda o motivo do sucesso e do fracasso das empresas. 2014. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/333000e30d218194165cd787496e57f9/\\$File/5712.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/333000e30d218194165cd787496e57f9/$File/5712.pdf). Acesso em 06/08/2021.

SOUSA, Daniel Carneiro de; HORA, Gleydson Vieira da; CAVALCANTE, Kelly Cristina dos Reis. Demonstrações Contábeis obrigatórias: apontamentos e projeções para a tomada de decisão. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.12, p.112907-112924. dec 2021.

SANTOS, Suilane Pereira dos; MACEDO, Lismara Ribeiro; SOUZA, Roberto Francisco. **Revista Scientia**, v.6, n.1, p. 183-203, jan/abr.2021.

SANTOS, Fernando de Almeida; VEIGA, Windsor Espenser. **Contabilidade com ênfase em micro, pequenas e médias empresas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SEBRAE. Estudo realizado a partir das bases de dados da RFB e dos dados coletados na pesquisa “sobrevivência das empresas mercantis brasileiras”. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Sobreviv%C3%Aancia-das-empresas-2020-%C3%9Altima-vers%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 25 de mai 2022

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. **Fundamentos de administração financeira**. Tradução: Leonardo Zilio, Rafaela Guimarães Barbosa. 9 ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, Juan F. Pérez-Carballo. **Lá Gestión financeira de la empresa**. Madrid: ESIC, 2015.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

Lei Geral de Micro e Pequena Empresa completa 15 anos. Agência Sebrae Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ac/noticias/lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa-completa-15-anos,c523c04e0a5bd710VgnVCM100000d701210aRCRD>> Acesso em: 15 nov. 2022.

Balanco patrimonial: saiba o que é, como fazer e exemplos. Fia Business School. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/balanco-patrimonial/>> Acesso em: 15 mai. 2023.

O desafio de gerir pessoas em uma empresa familiar. Agência Sebrae. <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-desafio-de-gerir-pessoas-em-uma-empresa-familiar,971b7293b2417810VgnVCM1000001b00320aRCRD>> Acesso em: 27 mai. 2023.

Pequenos negócio aceleram emprego e PIB no país. Agência Sebrae. Disponível em: <<https://agenciasebrae.com.br/dados/pequenos-negocios-aceleram-emprego-e-pib-no-pais/>> Acesso: 28 out. 2023.

Lei Geral de Micro e Pequena Empresa. Agência Sebrae. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa,46b1494aed4bd710VgnVCM100000d701210aRCRD>> Acesso em: 25 mai. 2023.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Questionário de percepção sobre os relatórios contábeis

A presente pesquisa não tem interesse em revelar dados da empresa

Parte 1: Dados gerais da empresa e do entrevistado

1) Nome completo:

2) Faixa Etária:

- () 18 a 28 anos () 40 a 50 anos
() 29 a 39 anos () Acima de 50 anos

3) Sexo:

- () Feminino () Masculino

4) Nível de escolaridade:

- () Ensino fundamental incompleto
() Ensino fundamental completo
() Ensino médio incompleto
() Ensino médio completo
() Superior incompleto
() Superior completo
() Pós-graduação

Tem superior completo? Qual a formação?

5) Cargo na empresa:

- () Administrador
() Contador
() Outro

Caso tenha selecionado outro diga qual cargo exercido:

6) Quantos funcionários a empresa tem?

7) Há quanto tempo está no mercado?

Parte 2: Demonstrativos financeiros elaborados pela empresa

8) A contabilidade da empresa é feita por quem?

- ☐ Pela empresa
- ☐ Por um escritório contábil

9) Qual o objetivo da contabilidade na sua empresa?

- ☐ Cumprir obrigações da legislação vigente
- ☐ Fornecer informações exatas a qualquer momento

10) Quais Demonstrativos Financeiros a empresa elabora?

- ☐ Balanço Patrimonial
- ☐ Demonstração de Resultado do Exercício
- ☐ Demonstração de Fluxo de Caixa

11) O tomador de decisão conhece o balanço patrimonial (BP)?

- ☐ Conheço e utilizo
- ☐ Conheço, mas não utilizo
- ☐ Não conheço

12) O tomador de decisão conhece a demonstração de resultado do exercício (DRE)?

- ☐ Conheço e utilizo
- ☐ Conheço, mas não utilizo
- ☐ Não conheço

13) O tomador de decisão conhece a demonstração do fluxo de caixa (DFC)?

- ☐ Conheço e utilizo
- ☐ Conheço, mas não utilizo
- ☐ Não conheço

14) Qual a periodicidade da demonstração do fluxo de caixa?

- ☐ Mensal
- ☐ Trimestral
- ☐ Anual
- ☐ Não é feito

15) O fluxo de caixa é elaborado:

- ☐ Manualmente
- ☐ Planilha de Excel
- ☐ Software específico
- ☐ Não é feito

Parte 3 – Importância dos demonstrativos no processo decisório

16) Qual a importância do balanço patrimonial para o processo decisório?

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Não é importante

Por quê?

17) Qual a importância da demonstração do resultado do exercício para o processo decisório?

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Não é importante

Por quê?

18) Qual a importância da demonstração do fluxo de caixa para o processo decisório?

☐ Muito importante

☐ Importante

☐ Não é importante

Por quê?

19) Você acredita que as ferramentas (BP, DRE e DFC) ajudam na administração das micro e pequenas empresas?

☐ Sim

☐ Não

Parte 4 – Tomada de decisões baseada nos demonstrativos financeiro

20) A empresa faz planejamento financeiro?

☐ Sim

☐ Não

21) A empresa possui planejamento de receitas?

☐ Sim

☐ Não

22) A empresa possui planejamento de custos e despesas?

☐ Sim

☐ Não

23) A empresa possui planejamento de capital de giro?

☐ Sim

☐ Não

24) A empresa possui planejamento de caixa?

() Sim

() Não

25) A empresa realiza o inventário (contabiliza o estoque)?

() Sim

() Não

26) A empresa possui controle de recebimento?

() Sim

() Não

27) A empresa possui controle de pagamento?

() Sim

() Não

28) Como os demonstrativo financeiros da sua empresa auxiliam na tomada de decisão?

29) Qual o demonstrativo financeiro você mais utiliza para a tomada de decisão? Por quê?

30) Antes de tomar alguma decisão financeira o administrador consulta algum controle particular elaborado por ele?

() Sim

() Não

Parte 5 – Dificuldades no uso das demonstrações financeiras

31) Os dados utilizados pela empresa para elaboração dos demonstrativos financeiros são exatos e precisos?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Utilizo valores médios
- ☐ Faço uma estimativa apenas
- ☐ A empresa não possui dados para elaborar demonstrativos financeiros

32) Relate as dificuldades em utilizar as demonstrações financeiras para a tomada de decisão na empresa.

33) Você tem dúvidas ao consultar as demonstrações financeiras da empresa?

34) No caso de dúvidas, você consulta o contador da empresa ou escritório?

35) Muitas empresas misturam dinheiro da pessoa jurídica com a pessoa física. Isso acontece na sua empresa?

- ☐ Sim
- ☐ Não